

A IMPORTÂNCIA DE FORMAR PROFISSIONAIS COMPROMETIDOS COM A ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL

*Angelina Dias Leão Costa*¹

*Flora Alexandre Meira*²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir a cerca da importância da inclusão do tema “acessibilidade” na grade curricular dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil no intuito de provocar estudantes e professores sobre a necessidade de contemplar a questão na prática de suas atividades profissionais. Serão abordadas as questões conceituais que ajudam na compreensão do tema e serão descritas experiências realizadas com os alunos do curso de arquitetura da UFPB, que se apresentaram como metodologias de ensino eficazes no sentido de contribuir para a formação de arquitetos mais comprometidos com a inclusão social.

Palavras-chave: acessibilidade, universidade pública, arquitetura

¹ *Profa. Dra. Departamento de Arquitetura da UFPB.*

² *Arquiteta, Aluna do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB, colaboradora do projeto de extensão “Rotas Acessíveis para o CT”.*

INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo (IBGE, 2000), existem no Brasil cerca de 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de incapacidade ou deficiência (14,5% da população total). Neste contexto, o estado da Paraíba ocupa o primeiro lugar no ranking, apresentando 18,76% de sua população com deficiências ou incapacidades.

Por outro lado, na sociedade contemporânea, é cada vez mais presente o discurso focado na valorização da diversidade humana e na compreensão da deficiência como um dos componentes dessa diversidade.

Segundo Pupo; Carvalho & Oliveira (2008), os movimentos de inclusão social ganham força em torno da busca pela educação de qualidade para todos. A partir dos anos de 1990 uma série de documentos são publicados pela ONU defendendo a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência³. Paralelamente, também em uma perspectiva inclusiva, surgem normas, decretos, regulamentos e definições estabelecidos pela legislação brasileira⁴. A própria constituição brasileira de 1988, trata deste assunto, assegurando o direito de igualdade a todos os cidadãos sem nenhuma forma de restrição (CF/88).

Entretanto, leis e portarias não são suficientes para garantir o direito ao ensino. Possuir algum tipo de deficiência em um país marcado por grandes contrastes e desigualdades sociais como o Brasil, significa estar mais distante de receber uma educação de qualidade.

O espaço construído exerce um papel fundamental na superação das desigualdades físicas e sociais; e dentre eles, os espaços de ensino são particularmente importantes, em especial o espaço das instituições públicas de

³ “Em 1993, a Assembléia Geral da ONU promulgou um documento intitulado *Normas sobre a Equiparação de Oportunidade para Pessoas com Deficiência (resolução 48/96)* que contém avanços consideráveis em promoção de igualdade de oportunidades no ensino e garantias de condições de acessibilidade e serviços de apoio, em ambientes integrados. Em 1994, a ONU promoveu a Conferência Mundial sobre Necessidades educacionais Específicas: Acesso e Qualidade – em Salamanca, Espanha. A Declaração de Salamanca promoveu a busca de várias alternativas para que se cumprissem as propostas de ensino de qualidade para todos, transformando a educação brasileira básica em objeto de intensas discussões e reformas no sentido de adequar-se às novas demandas” (PUPO; CARVALHO & OLIVEIRA, 2008).

⁴ Vale ressaltar o decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e a portaria 3.284, de 7 de novembro de 2003, que condiciona os processos de credenciamento de instituições de ensino superior e reconhecimentos de seus cursos, pelo Ministério da Educação – MEC, à existência de infra-estrutura adequada, em equipamentos e serviços aos alunos com algum tipo de deficiência.

ensino superior, reconhecidas como paradigma de democracia, uma vez que recebem uma grande diversidade de usuários, seja em função de sua procedência, idade, classe social, cultura, ou mesmo aptidões físicas, sensoriais e cognitivas (DUARTE; COHEN, 2004). Contudo, ainda de acordo com Duarte e Cohen (2004), a maioria destes estabelecimentos não está preparada para acolher Pessoas com Deficiência⁵ porque apresentam inúmeras barreiras à acessibilidade.

Embora se suponha que as instituições públicas de ensino superior, no papel de educadoras, devam constituir-se como modelos a serem seguidos pela sociedade, percebe-se que o direito à educação superior tem sido negado ou restringido para muitas pessoas com limitações oriundas de deficiência. Isto ocorre, também, devido à falta de acessibilidade presente nas instituições de ensino superior, seja em termos arquitetônicos, urbanísticos, de transporte ou nos aspectos ligados à comunicação (sinalização) e ao acesso à informação.

Segundo Cunha (1983), grande parte das universidades brasileiras surgiu entre 1945 e 1964, período em que a acessibilidade ainda não era tida como uma condicionante do projeto arquitetônico. Este é o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)⁶, criada em 1955, cujo principal Campus, localizado em João Pessoa (Campus I) funciona com 40 cursos de graduação em uma área total de 367ha e área construída de 270 mil m².

O relatório do Projeto Reuni (UFPB-REUNI, 2007), estimou que cerca de 200 dos alunos da UFPB apresentam algum tipo de deficiência. Este mesmo relatório divulga algumas ações que vem sendo desenvolvidas na UFPB para melhoria da qualidade de vida destas pessoas. Dentre estas ações estaria a Criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFPB, com objetivo de desenvolver ações permanentes em favor dos estudantes com deficiência. Entretanto, dois anos depois, o que ainda se percebe são ações superficiais e parciais de acessibilidade, que se restringem principalmente aos acessos

⁵ No Brasil, tornou-se bastante popular, acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo portador de deficiência (e suas flexões no feminino e no plural). Pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência, elas têm; e o termo adotado passou a ser pessoa com deficiência. (SASSAKI, 2003)

⁶ A UFPB tornou-se uma das maiores e academicamente mais relevantes universidades Norte e Nordeste do país (PROJETO UFPB – REUNI, 2007).

externos e instalações de rampas e travessias elevadas. Vale salientar que estas adaptações nem sempre estão em conformidade com a legislação vigente (NBR9050) e geralmente visam apenas a eliminação de barreiras aos deficientes físicos, desconsiderando as necessidades dos outros tipos de restrições (sensoriais, cognitivas, múltiplas). Além disso, o que se observa nesta universidade é a falta de comunicação entre os esforços direcionados à esta causa. As ações acontecem de maneira isolada; e informações e experiências dificilmente são compartilhadas.

Dentre os envolvidos com a questão estão os arquitetos e urbanistas e engenheiros civis, diretamente responsáveis pela elaboração e execução de projetos arquitetônicos, que por si são capazes de constituir-se em barreiras físicas à acessibilidade.

O que se observa em relação à formação destes profissionais, é que as questões referentes às constantes transformações tecnológicas e econômicas são incorporadas com maior facilidade. Em contrapartida, no que tange ao reconhecimento da função social do ambiente construído as discussões caminham mais lentamente. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é trazer à tona uma reflexão acerca da importância da inclusão do tema “acessibilidade” nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Engenharia Civil no intuito de provocar estudantes e professores sobre a necessidade de contemplar a questão na prática de suas atividades profissionais. É necessário que procurem desempenhar a sua função de projetar espaços, comprometidos com a inclusão de pessoas com deficiência e com a acessibilidade espacial.

ASPECTOS CONCEITUAIS

Os conceitos chaves necessários ao entendimento da questão são:

- Deficiência: Termo que designa uma “redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente” (ABNT, NBR 9050, 2004).
- Restrição: Envolve a relação entre as condições dos indivíduos e as características do meio ambiente, considerando a sua percepção, compreensão e ação (DISCHINGER 2004). De acordo com BINS ELY et al (2001), as restrições

podem ser diferenciadas a partir das relações que o indivíduo estabelece entre si e com o meio ambiente, sendo classificadas como restrições: físico-motoras, sensoriais, cognitivas e múltiplas.

- Acessibilidade: De acordo com Dischinger & Bins Ely (2006), o conceito de acessibilidade não se restringe aos fatores físico-espaciais, mas também a aspectos políticos, sociais e culturais, que influem na realização das atividades desejadas. O que trata esse artigo é à acessibilidade espacial, definida pela NBR9050 como sendo a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT, NBR 9050, 2004).

- Barreiras arquitetônicas: De acordo com a NBR9050/2004, é qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.

Para Duarte & Cohen (2004), a acessibilidade do espaço construído não deve ser compreendida como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas às pessoas com deficiência, mas sim medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial. Para isso, é necessário garantir total acesso aos mais variados locais e atividades, eliminando as diversas barreiras existentes que comprometem a participação de todos.

Existem ainda quatro componentes, identificados por Dischinger & Bins Ely (2006), a partir dos quais é possível avaliar o nível de acessibilidade do ambiente construído. São eles: orientação, deslocamento, uso e comunicação.

- Desenho universal: Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população” (ABNT, NBR 9050, 2004).

Bernardi & Kowaltowski (2007), listam os sete princípios do desenho o universal, que enfatizam uma abordagem criativa inclusiva, são eles: uso equitativo, flexibilidade de uso, uso intuitivo, informação perceptível, tolerância ao erro, baixo esforço físico e tamanho e espaço para acesso e uso. A proposta destes princípios é garantir um espaço de uso democrático para diferentes perfis de usuários.

- Rotas acessíveis: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas

com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc” (ABNT, NBR 9050, 2004).

O ENSINO DA ARQUITETURA INCLUSIVA COMO FERRAMENTA PARA INCLUSÃO SOCIAL

Em experiências vivenciadas por professores e alunos de cursos de arquitetura de outras universidades do Brasil, a exemplo da Faculdade de Arquitetura de Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde há quase 10 anos foi incorporada à grade curricular do curso de arquitetura uma disciplina de “Métodos e Técnicas de Projeto Inclusivo” e antes disso já havia sido criado um Núcleo de Pesquisa, Ensino e Projeto sobre Acessibilidade e Desenho Universal; percebe-se a importância e a eficiência de métodos dinâmicos de aprendizado que agrupam fundamentação teórica, simulações e relatos de vivências fora da sala de aula aliados à atividade projetual. A questão da diferença humana inserida como premissa fundamental do projeto arquitetônico de visão humanística tem revelado um poder multiplicador que vem superando expectativas e apontando para a geração de novas mentalidades necessárias ao planejador de nossas futuras cidades (DUARTE; COHEN, 2003).

No âmbito do curso de arquitetura e urbanismo da UFPB a acessibilidade vem sendo abordada especialmente na disciplina de ergonomia e cobrada em disciplinas de projeto arquitetônico e desenho urbano. Entretanto, parece-nos que o tema ainda é tratado por muitos professores como uma simples questão técnica e encarado pelos alunos como mais uma restrição à liberdade criativa, assim como são encarados códigos de obras e demais normas que impõem tamanho de vãos, dimensões de escadas, corredores, recuos, etc.

A vivência e a aproximação com o tema através de um projeto de extensão em andamento, denominado “Rotas acessíveis para o Centro de Tecnologia” (COSTA, 2009); despertaram para a importância de sensibilizar o alunado de arquitetura sobre as necessidades espaciais e ambientais da diversidade humana, buscando uma visão mais humanística da profissão. Neste sentido, como ponto de partida, introduziu-se a uma experiência acadêmica de vivência da

acessibilidade em uma disciplina da grade curricular do curso de arquitetura (Desenho Urbano I) e a questão dos materiais é tratada em um seminário específico sobre acessibilidade na disciplina Tecnologia das Construções I⁷.

Os alunos de Desenho urbano são divididos em três grupos, que representaram pessoas em cadeiras de rodas, pessoas com deficiência visual e pessoas com mobilidade reduzida (usuário de muletas e andador, ambos com pernas imobilizadas). Para que a sensação fosse real, os alunos utilizaram vendas nos olhos, cadeiras de rodas e tiveram partes do corpo mobilizadas. Cada grupo percorreu uma rota diferente na área externa do Centro de Tecnologia, acessando suas diversas edificações; e ao longo do percurso foram identificando quais elementos construídos ou naturais são responsáveis pela dificuldade ou impossibilidade de locomoção, e verificando a existência de inadequações à Norma NBR 9050.

O que se inicia como uma brincadeira vai revelando a sua importância na medida em os alunos experimentam concretamente aspectos físicos, perceptivos e emocionais das pessoas com deficiência e se surpreendem com a grande dificuldade que estas pessoas encontram para ultrapassar barreiras arquitetônicas que eles julgavam inexpressivas, tais como um desnível de 5cm.

Outra atividade interessante é a realização de passeios acompanhados na verificação das rotas. Este método, desenvolvido por Dischinger (2000), também busca avaliar as condições de acessibilidade espacial.

Para aplicação deste método, após definidos os percursos relevantes para o estudo, deve-se escolher um ou mais entrevistados (pessoas com deficiências distintas) e fazê-lo percorrer o mesmo. É importante que os percursos apresentem um ponto de partida e um objetivo a alcançar. No decorrer do caminho o pesquisador não poderá ajudar o entrevistado na realização das atividades, devendo apenas acompanhá-lo.

Solicita-se ao entrevistado que relate as questões referentes à percepção do ambiente, as tomadas de decisões (comportamento e ação) e quais as informações relevantes para compreensão do espaço. O entrevistado deve manifestar sua opinião sobre as facilidades e os problemas encontrados ao longo

⁷ Estas disciplinas são ministradas por uma das autoras deste artigo, Prof. Dra. Angelina Costa, que é também coordenadora do projeto de extensão “Rotas Acessíveis para o Centro de Tecnologia”.

do percurso. Cabe ao pesquisador registrar, a partir das técnicas de anotações, gravações e fotografias, as situações mais significativas. Posteriormente as gravações são transcritas e as fotos selecionadas, além de serem organizadas em mapas sintéticos dos percursos realizados (DISCHINGER, 2000).

Na pesquisa de extensão em andamento foram realizados dois passeios acompanhados: com um usuário deficiente visual e com uma usuária de cadeira de rodas. Os percursos foram praticamente os mesmos, iniciando-se no ponto e ônibus na área externa à UFPB seguindo até o bloco de aulas de Arquitetura (tendo o primeiro usuário subido para o pavimento superior), passando por diversas outras edificações.

Atividades como estas são importantes, pois levam o aluno a compreender a experiência do homem nos espaços, a partir da sua diversidade e são, portanto, mais eficazes na tarefa de despertar nos estudantes o interesse pela adoção de práticas de acessibilidade em seus projetos, bem como no seu cotidiano enquanto cidadãos. Os alunos participantes da vivência relataram um novo “olhar” sobre a questão, mais comprometido e humano.

É interessante notar que, ao longo das discussões e relatos referentes a estas experiências, compreendem que cada deficiência necessita de uma resposta arquitetônica específica mas que é necessário, principalmente, que estas respostas se complementem, uma vez que, é comum que o arquiteto mal informado faça projetos que beneficiem algum tipo de deficiência e que, ao mesmo tempo, criem dificuldades para outra modalidade de diferença.

O mais interessante, contudo, é o despertar destes alunos para as questões psico-sociais que acompanham inevitavelmente o confronto com a falta de acessibilidade. Sensações como frustração, vergonha, medo, insegurança, falta de autonomia são constantemente relatadas pelos alunos como extremamente reveladoras. Alguns exemplos dessas impressões enumeradas pelos alunos são:

- a sensação de impotência ao não conseguir freqüentar determinados espaços acadêmicos;
- a vergonha de pedir ajuda quando necessária;
- a sensação de um deficiente visual ficar perdido em espaços amplos e abertos;
- o cansaço gerado para percorrer superfícies mal pavimentadas e/ou sem manutenção;

- o constante medo de cair;
- detalhes antes não percebidos tornaram-se intransponíveis como desníveis,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, fica evidente que o ensino da Arquitetura Inclusiva, voltada para a acessibilidade de um maior número de usuários, é uma ferramenta bastante eficaz no sentido de aproximar a formação do arquiteto dos conceitos humanísticos. E para tanto se faz cada vez mais necessária a ampliação de atividades didáticas que provoquem uma reflexão crítica, fazendo com que o aluno analise e tome consciência das fontes de construção de seus modelos, para que possam, então, decidir sobre a sua adoção ou não.

Salienta-se que o ambiente construído é rico em exemplos de como os ângulos de visão, pontos de vista, formas de locomoção, maneiras de percepção e necessidades espaciais diferentes podem também resultar em maneiras diferentes de experienciar os espaços. Torna-se importante, assim, colocar em foco, para os alunos de arquitetura e urbanismo, bem como de engenharia civil, a existência de uma multiplicidade de formas de apreensão do espaço urbano e de enfatizar a importância de se estar atento às especificidades que influenciam as diferentes relações que as pessoas desenvolvem na cidade.

Por fim, considere-se que, ao apresentar barreiras, o espaço construído poderá estar acentuando a diferença de uma pessoa com deficiência, aumentando sua dificuldade e tornando-a incapaz de viver sua vida cotidiana com autonomia. Vê-se, portanto, que muitas das limitações e incapacidades de alguns não se devem a uma falta de habilidade de se adaptarem ao ambiente, mas a uma deficiência do espaço construído de abrigar diversidades. A deficiência em si então não é o fator causador da imobilidade e sim a falta de adequação do meio!

Assim, numa formação mais holística da construção do espaço, buscar-se-á compreender que, muito mais do que a preocupação com a eliminação de barreiras urbanas, deve-se pensar o espaço inclusivo como aquele que permite a opção de experienciar os espaços. Esta é uma questão intimamente relacionada com a concepção de qualidade de vida, e os profissionais envolvidos na produção do espaço construído, dentre os quais destacam-se arquitetos, urbanistas e

engenheiros civis, desempenham um importante papel possibilitando através dos seus projetos, a garantia do direito de ir e vir cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Coletânea de Normas de Acessibilidade para Pessoas Portadoras de Deficiências. Rio de Janeiro, 2001.

CUNHA, L.A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. 1983. In: TEIXEIRA LOPES, E.M., FARIA FILHO, L.M., VEIGA, C.G. (orgs.) 500 anos de Educação no Brasil, Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

BERNARDI, N.; KOWALTOWSKI, D. Desenho universal no processo de projeto de arquitetura. Rede SACI - USP LEGAL, abr. 2007. Disponível em: <http://www.saci.org.br>. Acesso em: 10 jun. 2007.

BINS ELY, Vera H. M et al. Desenho Universal: por uma arquitetura inclusiva. Florianópolis: Grupo PET/Arq/ SESu/ UFSC, 2001.

BINS ELY, Vera Helena Moro. OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. Acessibilidade em Edifício de Uso Público: Contribuição de Projeto de Extensão na Elaboração de Dissertação. Rio de Janeiro: Anair do PROJETAR – II Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura, 2005. ISBN 85 - 88025 – 03 – 5.

BINS ELY, Vera Helena Moro. GHIZI, Daniel Medeiros. Acessibilidade e Orientabilidade no Campus da Universidade Federal de Santa Catarina. In: Anais do 6º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces. Bauru. 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional.

BRASIL. Portaria nº 1679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Princípios, Política e Prática na área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca. 1994.

DISCHINGER, Marta. Designing for all senses: accessible spaces for visually impaired citizens. Göteborg, Sweden, 2000. 260f. Thesis (for the degree of Doctor of Philosophy) – Department of Space and Process School of Architecture, Chalmers University of Technology, 2000.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M; MACHADO, Rosângela. Desenho Universal nas Escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis: PRELO, 2004.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M. Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, [2006]. Trabalho em andamento.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira ; COHEN, R. O Ensino da Arquitetura Inclusiva como Ferramenta par a Melhoria da Qualidade de Vida para Todos. In:

PROJETAR 2003. (Org.). *Projetar: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto*. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003, p. 159-173..

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira ; COHEN, R. *Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental*. In: *Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade*. São Paulo, USP: 2006.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira ; COHEN, R. . *Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ - Possível ou Utópico?* In: *NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade*, 2004, São Paulo. *Anais NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade*, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2000*.

Disponível

em:

<<http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>.

PUPO, Deise Tallarico; CARVALHO, Silvia Helena Rodrigues de; OLIVEIRA, Vanessa Cristina. *Educação Inclusiva e Bibliotecas Acessíveis*. In: *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v.13, n.1, p.259-267, jan./jun., 2008.

SASSAKI, K. R. In: VIVARTA, Veet (coord.). *Mídia e deficiência*. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165.

SASSAKI, K. R. *Inclusão no lazer e no turismo: em busca da qualidade de vida*. São Paulo: Áurea, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Projeto UFPB – REUNI*. João Pessoa. UFPB. 2007.

ENDEREÇO PARA CONTATO

Flora Alexandre Meira

E.mail: flora.meira@gmail.com

Profa. Angelina Costa

E.mail: angelinadlcosta@yahoo.com.br

Centro de Tecnologia

Departamento de Arquitetura

Jardim Cidade Universitária – Campus I

58051-900 – João Pessoa/PB

Fone: (0xx83) 3216-7115